

EIXO 1

A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: AS EXPERIÊNCIAS DO BRASIL E DO CHILE

Natércia de Andrade Lopes Neta
Secretaria de Estado de Educação de Alagoas
tercinhalopes@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o processo de construção de uma política pública e sua avaliação, especificamente na área da Educação. Percebemos que, em países desenvolvidos, os índices crescentes das avaliações em larga escala, são sinônimos de desenvolvimento econômico e mostram que o governo está administrando com competência os recursos financeiros. Contudo, nas décadas de 80 e 90 os países centrais e periféricos colocaram a avaliação das políticas públicas a serviço da reforma do setor público sob a razão aparente de busca por uma descentralização. Para analisarmos estes casos, tomamos como exemplo as avaliações em larga escala aplicadas no Brasil e no Chile.

Palavras-Chave: Avaliação de Políticas Educacionais; Simce; Saeb

Introdução

De acordo com Diógenes, política pública é a “deliberação tomada pelo Estado, entendendo-o como a condensação material de uma relação de forças entre classes ou frações de classes” (DIÓGENES, 2011, p. 59).

Conforme Aguiar (2010, p. 55), o objetivo da avaliação das políticas públicas é “conhecer os fatores positivos, apresentar os equívocos e insuficiências, com a finalidade de buscar, aperfeiçoar ou reformular”. Continua a autora afirmando que “a avaliação de políticas públicas serve como instrumento para a melhoria das ações do Estado e para controle e intervenção da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas” (AGUIAR, 2010, p. 56).

A avaliação de Políticas Educacionais

De acordo com Cruz e Monteiro (2010, p. 179), com a consolidação de um Estado mínimo na década de 80, “se passou a adotar a lógica da privatização e da competitividade do mercado como base para a análise da educação brasileira”. Esta lógica exime o Estado da responsabilidade isolada em implementar as políticas públicas. A ele cabe, especificamente, o papel de controlador destas políticas.

A justificativa para a avaliação da educação na América Latina tem argumentos locais com respaldo pelos organismos multilaterais. Os argumentos giram em torno do impacto econômico da educação, os princípios de universalidade, obrigatoriedade e gratuidade, continuam regendo esta área.

Faria e Filgueiras (2010), ao analisar a conformação dos sistemas de avaliação da educação básica no Brasil (Sistema de Avaliação da Educação Básica, SAEB) e no Chile (Sistema de Medición de La Calidad de La Educación, SIMCE) ambos implantados em 1988, trouxe a tona algumas distinções entre a avaliação de políticas públicas nos dois países.

O Simce foi estruturado a partir de avaliações em larga escala de 1968, que tinham como objetivo monitorar os efeitos do processo de descentralização e privatização do setor pelo governo. É financiado pelo próprio governo. As escolas com melhores pontuações e seus professores recebem um incentivo financeiro. Cerca de sete programas do Ministério da Educação do Chile, utilizam os dados do Simce para, dentre outras finalidades, auxiliarem escolas que tem maior índice e premiar as que têm menor índice.

O Saeb, gerenciado pelo Inep, teve a primeira estruturação do sistema de avaliações em larga escala em 1990. A partir de 1995 o Saeb foi financiado pelo Banco Mundial, o que explica as mudanças de alguns parâmetros, como as matrizes de referência. Em 2003, o Saeb faria monitoramento das relações entre desempenho e bolsa família e rendimento e cor dos alunos, além de incluir questões como violência. Porém, não se vê em comparação com o Simce, um impacto para a formulação de políticas públicas para a educação pelos resultados do Saeb até 2003.

Referências

AGUIAR, Maria da Conceição C. Planejamento, gestão e avaliação as políticas públicas. In: CRUZ, Fátima M. L. (Org.) *Teorias e práticas em avaliação*. Recife, PE: Editora da UFPE, 2010. P. 49-58.

CRUZ, Fátima M. L.; MONTEIRO, Carlos E. F. Os processos de ensino e de aprendizagem e o contexto avaliativo do Enem. In: CRUZ, Fátima M. L. (Org.) *Teorias e práticas em avaliação*. Recife, PE: Editora da UFPE, 2010. P. 49-58.

DIÓGENES, Elione M. N. Movimento histórico: no passo e o compasso das políticas públicas no Brasil. In: PRADO, Edna C.; DIÓGENES, Elione M. N. *Avaliações de políticas públicas: interfaces entre educação e gestão escolar*. Maceió, AL: Editora da UFAL, 2011. P. 57-82.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta; FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. As políticas dos sistemas de avaliação da educação básica do Chile e do Brasil. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Org.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2010. P. 327-365.

